

O PROJETO LOGOS II E SUA ATUAÇÃO JUNTO AOS PROFESSORES LEIGOS DO PIAUÍ: UM ESTUDO AVALIATIVO

*Marli E.D.A. Andre
Vera Maria Candau*

Do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/RJ

RESUMO

A presente pesquisa é parte do projeto "Introdução da Tecnologia Educacional no Brasil". Consiste na análise da atuação do Logos II no Piauí, procurando verificar os elementos mais significativos assim como os principais problemas encontrados na implantação do Projeto naquele Estado. A pesquisa, que se caracterizou como um estudo avaliativo, utilizou como principais fontes de informação a equipe de coordenação regional do Piauí, 5 orientadores e supervisores docentes, 772 professores-cursistas, além de dados de observação e de análise de documentos. Os resultados de estudo indicaram que os professores-cursistas e os supervisores consideram o uso de módulos instrucionais uma estratégia efetiva para o treinamento de professores leigos da área rural já que possibilita a titulação dos professores sem que estes tenham que deixar seu trabalho. Outro aspecto apontado como positivo foi a possibilidade de aplicação imediata do treinamento na sala de aula. A pesquisa, no entanto, levanta várias questões quanto à relevância social dos objetivos do Projeto, quanto à sua adequação à situação concreta do professor e quanto ao seu atendimento à diversidade regional da clientela.

SUMMARY

The study reported here is part of the research project "Introduction of Educational Technology in Brazil". It is an evaluation of Logos II — an inservice teacher education program — aiming at identifying the strenghts as well as the shortcomings of the program in the state of Piauí. The main sources of information were the local team of coordinators, 5 teachers' supervisors, 772 student teachers, observation and document review data. Findings of the study showed that both the student-teachers and the teachers' supervisors agreed that the use of instructional modules is an effective inservice teacher training strategy since the teachers don't need to leave their jobs to get a teacher certificate. Another strenght of the program they pointed out was the immediate application of the training in the teachers' classrooms. Several questions are raised however, concerning the goals of the program and its social relevance, the appropriateness of the program to the concrete situation of teachers and to the regional diversities where they work.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO LOGOS II

Dados estatísticos da SEEC/MEC (MEC, 1978) sobre o ensino de 1º grau em 1975, mostram que no Brasil num total de 287.942 professores de 1ª à 4ª série, 166.693 ou 58% são leigos, isto é, não completaram a habilitação magistério, embora possam ter 2º grau completo em outra habilitação. Dentre esses professores leigos, 98.758 (59%) possuem o 1º grau incompleto.

Uma série de propostas e programas têm sido apresentados e utilizados para qualificar esses professores leigos. Entre esses se destaca o Projeto Logos II, cujo objetivo geral é a habilitação de professores não titulados, mas em exercício nas 4 primeiras séries do 1º grau, mediante ensino à distância (DSU/MEC, 1975).

A implantação do Projeto Logos II, em 1976, que visava à qualificação a nível de 2º grau, de professores leigos, através do uso de módulos de ensino, foi precedida de uma fase experimental, o Projeto Logos I. Segundo Oliveira e Orivel (1978), o Projeto Logos I buscava a viabilidade da metodologia tendo em vista uma clientela dispersa, limitações orçamentárias, diferentes níveis de escolaridade anterior e recursos humanos disponíveis. A fase experimental, desenvolvida em 12 meses, atingiu 1488 professores que trabalhavam em 38 municípios de quatro unidades federadas: Paraíba, Piauí, Rondônia e Roraima, obtendo um índice de aprovação de 85% e 15% de desistência. Os resultados foram considerados encorajadores para a expansão do Projeto.

Descrição do Projeto¹

O Logos II pretende, via ensino supletivo, mediante o uso de módulos instrucionais e com avaliação no processo, habilitar professores a nível do 2º grau, para lecionar nas 4 primeiras séries do 1º grau, nos Estados do Piauí, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rondônia (DSU/MEC, 1975).

Os módulos são organizados em séries correspondentes a disciplinas, num total de 204 módulos, que devem ser completados num prazo de 28-30 meses (em média 7 módulos por mês). Cada módulo consiste num fascículo de 20-40 páginas abrangendo disciplinas de educação geral como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas ou de formação especial como Sociologia Educacional, Didática Geral, História da Educação, entre outras.

Para obter o título, os professores-cursistas precisam realizar também 500 horas de estágio supervisionado que compreende sessões e treinamento de microensino e Encontros Pedagógicos.

As sessões de microensino envolvem grupos de 5 a 12 cursistas para o treinamento de cinco habilidades: "fazer perguntas", "dar exemplos", "aumentar a participação", "variar a situação-estímulo" e "reforçar a aprendizagem". Nessas sessões cada cursista observa e avalia as microaulas dos colegas, bem como apresenta sua microaula que, por sua vez, é observada e avaliada pelo grupo. Quando o cursista não alcança o critério mínimo de desempenho, a habilidade é replanejada e apresentada novamente como reensino.

Os encontros pedagógicos são reuniões mensais,

obrigatórias para todos os professores-cursistas, geralmente realizadas aos sábados ou domingos, para que os professores não falem às suas aulas. Com duração aproximada de 6 a 8 horas, essas reuniões são organizadas de modo que haja um período para estudo e discussão dos módulos, o que é feito usualmente em grupos de 5-6 pessoas; um período de atividades com o grupo todo para fixação do conteúdo dos módulos e para desenvolvimento da sociabilidade; e uma parte final para avaliação do encontro.

Estrutura e Funcionamento do Projeto

O Logos II é administrado por uma equipe de Coordenação Central, situada em Brasília, e por grupos de coordenação regional localizados em cada um dos estados em que funciona.

A equipe central recebe assessoria técnica do Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), que é responsável pelo controle e avaliação geral do projeto, assim como pelo seu gerenciamento.

Os grupos de coordenação local são chamados gerências regionais e são compostos normalmente por um gerente, um subgerente, um coordenador de supervisão, um coordenador de orientação e pessoal administrativo. As gerências regionais são responsáveis pelo controle e supervisão do trabalho a nível local, sendo de sua direta responsabilidade o treinamento dos orientadores-supervisores docentes — OSD.

Os OSD são professores que têm formação pedagógica a nível de 2º grau e experiência docente de 2 anos nas primeiras séries do 1º grau; além disso, recebem treinamento específico para o desempenho da função. Suas tarefas são: orientação dos cursistas para a realização dos módulos, aplicação de pré e pós-testes, planejamento e coordenação das sessões de microensino e dos encontros pedagógicos, controle do material e acompanhamento dos cursistas. Trabalham em geral 8 horas por dia, 6 dias por semana, nos chamados núcleos pedagógicos. Para esses núcleos, estrategicamente situados nas sedes dos municípios, dirigem-se os cursistas a fim de receber os módulos, submeter-se aos testes e participar das reuniões.

Segundo dados do Centro de Informática do MEC (CIMEC) de agosto de 1980, a clientela do Projeto Logos II é constituída em sua maioria, de cursistas do sexo feminino, na faixa de 26 a 35 anos, casadas, com nível de escolaridade de 4ª série do 1º grau, com 2 a 8 anos de exercício de magistério e contratadas pela rede municipal de ensino. O índice médio de evasão do Projeto é de 37%.

AVALIAÇÃO DO LOGOS II

Sendo o Logos II um projeto de âmbito nacional, ficou determinado que seria focalizado um estado onde o contingente de professores leigos fosse especialmente representativo. Escolheu-se então o Estado do Piauí,

¹ Esta descrição corresponde à realidade do Projeto no período de realização da pesquisa (1980).

onde há grande número de professores leigos, muitos deles trabalhando na zona rural e cuja gerência regional se dispôs a apoiar o estudo.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: na primeira, foi realizado um estudo de campo; na segunda, foi feito um levantamento sobre a situação do projeto em todo o estado, através da aplicação de questionários.

O Estudo de Campo

A análise do material referente ao desenvolvimento do projeto no Piauí (relatórios, planejamentos, materiais instrucionais, folhetos, etc.) deixou evidente a necessidade de uma visita àquele estado para conhecer as condições de funcionamento do projeto. Uma série de questões foram então levantadas a partir do exame dos documentos para orientar o estudo de campo, que incluiu entrevistas, observações, visitas, fotografias, gravações, reuniões e discussões com os agentes locais. Para essa etapa foram preparados dois guias semi-estruturados de entrevistas, um para a gerência regional e outro para o OSD. Foi também elaborado um questionário para os cursistas.

No estudo de campo dois pesquisadores estiveram na gerência regional do Piauí onde entrevistaram os membros da equipe de coordenação regional, o chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura e o coordenador do Setor Técnico de Treinamento do Pessoal da Educação — SETRED. Além disso visitaram as instalações e observaram o funcionamento do projeto na gerência regional. Participaram aí de um treinamento de habilidades de microensino para todos os OSD do estado quando então tiveram oportunidade de gravar o encontro e entrevistar alguns deles.

Ainda como parte desta etapa foram visitados dois núcleos pedagógicos que ofereciam atividades de encontro pedagógico e treinamento de microensino. Em um dos núcleos foram aplicados questionários a 5 cursistas que participavam de treinamento de microensino e foi realizada entrevista com a OSD. No outro núcleo foi feita observação de um encontro pedagógico e aplicação de questionários a todos os cursistas presentes (aproximadamente 40), além de entrevista com a OSD.

As informações coletadas no estudo de campo foram essenciais para uma apreensão geral do funcionamento do projeto, para uma melhor classificação das principais questões da pesquisa e para um aperfeiçoamento dos questionários a serem usados na segunda etapa.

Levantamento sobre a situação do projeto no Estado

A análise dos dados obtidos no estudo de campo permitiram a reelaboração de duas formas diferentes de questionários, uma para os OSD e outra para os cursistas.

O questionário dos OSD foi aplicado por um dos pesquisadores durante uma reunião geral na gerência regional do Piauí. Entre os 57 OSD do Piauí, 51 estiveram presentes na reunião e completaram o questionário. Nesta mesma ocasião eles foram treinados para aplicar o questionário aos cursistas. Esse procedimento foi con-

siderado a alternativa mais viável para a coleta de dados, tendo em vista os recursos financeiros da pesquisa, a distribuição dos núcleos por todo o Estado, a dificuldade de acesso a muitos núcleos e o tempo alocado para o trabalho.

A própria gerência regional coordenou o processo de coleta dos questionários e o fez de forma tão eficiente que ao final de pouco mais de um mês 772 questionários haviam sido preenchidos pela grande maioria dos cursistas em processo naquele momento e foram retornados à equipe de pesquisa.

Tanto o questionário dos OSD quanto o dos cursistas envolvem dados demográficos como sexo, idade, estado civil, número de filhos, escolaridade, experiência profissional, situação funcional, assim como informações sobre a vinculação ao Projeto Logos II, tais como motivação, importância atribuída às atividades, problemas e dificuldades encontradas no acompanhamento do projeto, vantagens e desvantagens e mudanças observadas em função da participação no treinamento.

As informações demográficas foram utilizadas mais no sentido de melhor compreensão do contexto onde se processa a aprendizagem, sem nenhuma preocupação com inferências estatísticas. Os dados relativos à vinculação dos cursistas e OSD ao projeto foram coletados com o propósito de obter uma melhor configuração do funcionamento do Projeto Logos II no Piauí e de conseguir indicações para uma análise mais completa de sua atuação naquele Estado.

A pesquisa não objetivou generalizar os resultados obtidos a outros Estados. Sua pretensão básica foi a maior compreensão do fenômeno e a colocação de pontos básicos de discussão que possam vir a contribuir para o aperfeiçoamento do Logos II.

RESULTADOS, QUESTÕES E QUESTIONAMENTOS

Opinião de cursistas, coordenadores e OSD sobre o Logos II.

Vantagens e Desvantagens do Projeto

Na opinião dos OSD as principais vantagens do Logos II são: a titulação dos professores (61%) e a aplicação imediata dos conhecimentos em sala de aula (29%). Já os coordenadores regionais enfatizam a oportunidade de titulação, a melhoria financeira e o crescimento pessoal. Do ponto de vista dos cursistas os aspectos mais positivos são: a aplicação imediata em sala de aula (38%), a titulação (22%) e o estudo em casa (20%).

As principais desvantagens do Logos II, segundo a opinião dos OSD é o trabalho nos fins de semana (49%), o baixo salário (16%) e a distância entre os núcleos pedagógicos e as escolas dos cursistas (16%). Para um grande número de cursistas (60%) o Logos II não tem nenhuma desvantagem. Apenas 29% destacam como um problema o acesso ao núcleo.

Dificuldades e Problemas para acompanhar o Logos II

Quanto às *dificuldades* para acompanhar o Logos II, observa-se que enquanto 78% dos OSD apontam a

falta de base dos cursistas, 42% destes indicam falta de tempo para estudar. Os outros cursistas, porém alegam falta de explicação durante o estudo (10%), problemas na compreensão dos módulos (5%) ou nenhuma dificuldade (20%).

Essa diferença de opinião entre os dois grupos pode estar relacionada a uma percepção distorcida dos cursistas quanto ao seu nível de conhecimentos, principalmente quando se verifica que, dos que assinalaram não ter dificuldades, 36% têm nível de escolaridade de 4ª série do 1º grau, 42% têm o 1º grau completo e 12%, o 1º grau incompleto. Apesar disso, na questão referente à dificuldade para compreender os módulos, 41% dos cursistas declaram não ter dificuldade, enquanto falta de explicação do professor e falta de preparo foram indicadas, respectivamente, por 22% e 17%.

Quanto à série de módulos que encerra maior dificuldade, 48% dos OSD e 36% dos cursistas apontaram a Matemática. Em menor proporção foram mencionadas as séries referentes à Língua Estrangeira e Língua Portuguesa. Considerando-se que o Projeto Logos II compreende trinta e uma série de módulos, o fato de a série de Matemática ter sido apontada por 36% dos cursistas como a mais difícil, parece ser bastante sintomático. Que fator estaria ocasionando tal dificuldade? Seria um problema dos módulos ou seriam dificuldades próprias dos cursistas? Será que a linguagem dos módulos é acessível aos cursistas? Será que o módulo está sendo realmente um instrumento de auto-instrução? Será que o conteúdo de Matemática está graduado de acordo com o nível de escolaridade da maioria dos cursistas?

Com relação ao tipo de *problema* que dificulta o acompanhamento do Logos II pelos cursistas, nota-se que há um diferença de opiniões entre estes e os OSD, pois enquanto 61% dos OSD apontaram problemas financeiros e 29% indicaram problemas de acesso ao núcleo, o principal problema assinalado pelos cursistas foi o acesso ao núcleo (32%). O problema salarial foi indicado por apenas 15% dos cursistas e 25% declararam não ter problemas.

Essa diferença de opiniões merece atenção, pois o problema de acesso ao núcleo, mesmo nas regiões que dispõem de meios de transporte é também um problema financeiro, havendo necessidade de se explorar mais profundamente porque, os cursistas não destacaram em primeiro lugar o problema de dinheiro.

Considerando-se ainda que 67% dos cursistas tinham, na época da realização da pesquisa, salário inferior a Cr\$ 3.000,00 e que 33% exerciam atividades extras, além das domésticas e educacionais, provavelmente para complementar o salário, causa estranheza que os problemas financeiros não tenham sido os mais enfatizados. Mais curioso ainda é verificar que o principal motivo apontado para a inscrição no Projeto foi ser melhor professor e apenas 4% indicaram que o faziam para melhorar o salário. (Sabe-se, entretanto, que a titulação pode resultar em melhoria de salário).

Esses dados sugerem que se está diante de um quadro representativo do que Luiz Pereira (1969) denominou "concepção artesanal do magistério". Entre as características apresentadas por ele para configurar o

modelo artesanal, pode-se destacar as seguintes:

O meio de subsistência do artesão determina e informa seu modo total de vida... Os demais motivos e resultados — dinheiro, prestígio, salvação — são subordinados. Não é essencial à prática da ética artesã que se melhore necessariamente o *status* pessoal na comunidade religiosa ou na comunidade em geral. O prazer de trabalhar é tal que uma pessoa pode viver numa espécie de beatífica paixão pelo seu trabalho apenas (p. 110).

O que as informações colhidas junto aos professores-cursistas do Logos II do Piauí parecem nos revelar é exatamente esta concepção artesanal do magistério. A profissão é encarada como algo que exige alta dose de sacrifício e abnegação, devendo a questão salarial ficar em plano secundário. Tal mentalidade "idealista" aparentemente está sendo reforçada pelo Projeto, na medida em que não se verifica nem na orientação dada aos seus implementadores e executores, nem no conteúdo dos módulos, a preocupação em levar os cursistas a um questionamento sobre a sua situação pessoal nem à atualização dos professores como uma categoria profissional.

Mudanças em Função do Projeto

Outro aspecto que se procurou investigar foi o relativo às *mudanças* percebidas nos cursistas em função do Logos II. Na opinião de 96% dos OSD a principal mudança foi mais facilidade de se relacionar com os outros, enquanto 26% indicaram uma melhor capacidade de expressão. Na opinião dos cursistas, no entanto, melhor capacidade de expressão foi a principal mudança, indicada por 48% e mais facilidade de se relacionar com os outros foi assinalado por 36%. Dez por cento dos cursistas citaram maior habilidade de leitura e apenas 1% indicou que não houve mudança. Os coordenadores regionais destacaram que os cursistas se tornam mais desinibidos, aprendem a falar, a pensar e a ensinar.

As mudanças mencionadas por grande número de respondentes dos três grupos de informantes leva a concluir que o projeto teve realmente certo impacto. É evidente que ao final de um processo longo, 2-3 anos como ocorre com a maioria dos cursistas, dever-se-ia esperar algum tipo de mudança. Muitas dessas são desejáveis e esperadas, mas outras igualmente desejáveis não ocorreram: por exemplo, a meta de tornar o cursista mais consciente do seu papel de agente de transformação social não se concretizou, talvez porque o projeto não tenha propiciado as condições mínimas para sua efetivação.

Questões e Questionamentos

A discussão geral dos dados obtidos através da análise de documentos, das observações de campo e dos questionários pode ser feita em torno das questões fundamentais da pesquisa.

A primeira questão avaliativa foi a seguinte: O projeto inclui algum tipo de flexibilidade para atender às necessidades individuais dos cursistas assim como à diver-

sidade regional em que atuam?

Como um sistema de ensino individualizado, o projeto deveria incluir mecanismos que levassem em conta as características individuais dos cursistas e a sua situação concreta de trabalho. Entretanto, ele não oferece oportunidade para escolha de objetivos ou estratégias alternativas de aprendizagem. Os módulos são elaborados por especialistas em cada um dos conteúdos curriculares, os quais são diretamente contratados pelo CETEB, situado em Brasília. Ali é feita a impressão e multiplicação do material que é distribuído às gerências regionais. Esse procedimento centralizado de preparação dos módulos torna bastante questionável sua adequação à clientela. Em estudo avaliativo dos módulos do Projeto Logos II, Stahl (1981) verificou que os especialistas que analisaram criticamente os módulos fazem restrições quanto ao nível de abstração dos conceitos, quanto à falta de clareza de sua formulação e quanto às exigências desligadas da realidade concreta de cursista. E conclui dizendo: "Esses dados parecem indicar que os elaboradores dos módulos, se bem que especialistas nas suas disciplinas, não conhecem adequadamente a clientela atendida pelo projeto Logos II e as condições pessoais e profissionais dos professores leigos" (p. 71). Tal afirmação vem apenas confirmar a necessidade de introduzir, no sistema de treinamento, mecanismos que permitam a participação da clientela e das gerências regionais no próprio planejamento e desenvolvimento do sistema.

Quanto às habilidades de microensino, elas foram definidas pela coordenação central do projeto com base num elenco de habilidades estabelecidas pela Universidade de Stanford e até o momento da realização da pesquisa não tinham sido revistas levando em consideração as circunstâncias concretas de trabalho dos professores-cursistas. Os dados mostram que 40% desses cursistas trabalham em turmas multisseriadas, isto é, têm alunos de mais de uma série na mesma turma. Esses professores precisariam certamente, de estratégias específicas de ensino para trabalhar com alunos em diferentes estágios de aprendizagem.

Esperar-se-ia também que como um sistema de ensino individualizado, de âmbito nacional, o projeto envolvesse algum tipo de flexibilidade para atender à diversidade regional da clientela. Parece evidente que professores do interior do Piauí convivem com uma realidade culturalmente diversa da encontrada no Interior do Paraná ou de Rondônia. Embora os documentos do Logos II indiquem a necessidade de atividades "culturais" ou de *folklore* que atendam à realidade regional dos cursistas, nem os módulos nem os encontros pedagógicos enfatizam o emprego desse tipo de atividades. A questão da adequação à realidade regional se limita assim a recomendação dessa natureza sem que nada seja explicitamente proposto no sentido da problematização das condições de vida e de trabalho do professor e da população local.

Outra questão crítica levantada na pesquisa foi a seguinte: Em que medida as habilidades de microensino são adequadas para a realidade do professor leigo?

Tanto a equipe da gerência regional quanto os professores-cursistas e os OSD afirmaram que um ponto positivo do projeto é a aplicação imediata do treina-

mento de microensino nas salas de aula.

No entanto, podemos levantar as seguintes questões: Em que medida tais habilidades são úteis para o professor enfrentar os problemas diários da sala de aula, já que eles muitas vezes atuam em escolas multisseriadas, pobres em recursos didáticos e com características bastante peculiares? E ainda: Qual o critério adotado na escolha das habilidades? Este modelo é coerente com o modelo de ensino que o cursista irá utilizar junto às turmas? Por outro lado, tratando-se de um treinamento em serviço e de profissionais com experiência docente, não deveriam estes profissionais participar da escolha das habilidades a serem treinadas, identificando as mais relevantes para a sua prática pedagógica e mesmo ajudando a propor novas habilidades?

Outro aspecto ainda relacionado ao treinamento do microensino é referente ao processo de transferência das habilidades treinadas em situação simulada para as situações reais de sala de aula. A supervisão direta da ação pedagógica do cursista parece ser crucial para determinar a efetividade do treinamento. Entretanto, esse aspecto tem sido bastante negligenciado pelo projeto, já que, segundo os seus próprios depoimentos, os OSD não têm tido tempo de visitar as salas dos professores-cursistas. E por que não têm tido tempo? Segundo eles, porque têm estado completamente absorvidos pelas tarefas, muitas delas meramente administrativas, solicitadas pela coordenação central, como o controle e a organização do material no núcleo pedagógico, além de não disporem dos recursos necessários para visitarem os diferentes locais onde atuam os cursistas.

Um outro ponto que merece atenção especial por parte dos interessados no Logos II é o que se refere aos objetivos e à dinâmica do encontro pedagógico.

Os dados coletados através de observação direta, entrevistas, questionários e análise de documentos mostram que os encontros pedagógicos são mais uma oportunidade para estudo do que uma reflexão sobre a própria prática pedagógica dos professores. Grande parte dos encontros é reservada para a fixação do conteúdo dos módulos, ficando muito pouco espaço para discussões de tópicos mais amplos como os próprios fins da educação, a responsabilidade social do professor e os problemas concretos que estes enfrentam no contexto específicos do seu trabalho.

Uma outra questão levantada pela pesquisa foi a seguinte: Em que medida o Projeto Logos II é inovador? Pode-se dizer que o projeto como um todo é concebido de forma totalmente nova ou a inovação se prende mais a um aspecto do projeto?

Tal questionamento tem origem numa afirmação de Oliveira e Orivel (1978) de que o Projeto Logos II é inovador do ponto de vista da tecnologia adotada e dos conteúdos abordados nas disciplinas pedagógicas e práticas, enquanto que na parte de educação geral a estrutura do currículo é tradicional e conservadora.

O exame da composição e da estrutura do currículo deixa logo evidente sua concepção tradicional. Para garantir a equivalência aos exames supletivos, ele envolve as mesmas disciplinas do núcleo comum do 2º grau, além da parte de formação especial. As únicas novidades do programa são a inclusão de um módulo sobre o mi-

croensino, além de outros que tratam da estratégia modularizada e de técnicas de estudo.

A análise dos módulos de formação especial levou Stahl (1981) a concluir que:

— “Os objetivos enfatizam quase que exclusivamente o aspecto cognitivo e, geralmente a nível de memorização;

— as atividades são constituídas, principalmente por leituras, com propósito de informação; e

— não são propostas atividades alternativas que atendam aos diferentes estilos de aprendizagem e outras características dos cursistas” (p. 69).

Tais conclusões deixam evidente o modelo de ensino tradicional implícito no Projeto Logos II. Acrescenta-se a isso as opiniões dos especialistas que analisaram os módulos. Ao se referir à concepção de educação transmitida pelas séries, eles afirmam que “é transmitida uma concepção bastante conservadora, em que predomina a transmissão de informações, não dando margem a questionamentos e reforçando a atitude passiva do aluno”... (Stahl, 1981, p. 75).

Embora não se tenha tido acesso aos testes, a análise dos objetivos dos módulos permite inferir que os itens de testes devem se limitar aos níveis de conhecimento e compreensão. Essa suposição é confirmada pela observação de um cursista que disse: “Eu tive muita dificuldade até que eu aprendi a estudar pelos objetivos”. Ao explicar tal afirmação ficou claro que “estudar pelos objetivos” significa descobrir as questões do teste já que estas eram formuladas diretamente a partir dos objetivos. O cursista procurava nos módulos as respostas para as questões e tratava então de memorizá-las.

É óbvio que sob uma aparência inovadora esconde-se uma proposta tradicional e conservadora. Esse é mais um exemplo do uso da tecnologia instrucional como um meio moderno de transmitir uma visão definitiva e acabada do conhecimento.

Finalmente, uma questão mais ampla é a relativa ao sucesso declarado do projeto e sua expansão a outros estados do Brasil. Em que critério se baseia a conclusão de que o Projeto tem apresentado resultados satisfatórios?

Tanto os cursistas como os OSD e a equipe regional consideram o Logos II um programa efetivo para o treinamento do professor leigo da área rural porque, dizem eles, o professor não precisa abandonar sua casa e seu trabalho para obter o diploma.

A coordenação central considerou o projeto suficientemente bem sucedido para ser estendido a 14 outros estados em que há grande número de professores não-titulados. Tal decisão baseou-se na análise dos dados que vinham sendo coletados, ou seja, resultados de pós-teste, número de cursistas em cada módulo, ritmo dos alunos, principais dificuldades na realização dos módulos e problemas na administração do projeto. Parece evidente que a ocupação maior é com a eficiência interna do projeto, isto é, verificação do alcance das metas estabelecidas, sem que sejam colocadas questões quanto à relevância dessas metas para os professores e para o contexto específico em que atuam.

A coordenação central do Logos II coloca grande ênfase no funcionamento do sistema, na sua operação

eficiente. Os OSD declararam que gastam grande parte do seu tempo preenchendo fichas, relatórios e organizando o material no núcleo pedagógico. A visita às instalações da gerência regional do Piauí deixou muito claro a preocupação com os aspectos operacionais: o número de pessoas envolvidas nas atividades de controle e de organização de material é desproporcional em relação às encarregadas dos aspectos pedagógicos, que por sinal também cuidam de questões administrativas.

A forma como o projeto é administrado não dá muitas condições para que os grupos regionais tomem consciência de sua participação reduzida na condução geral do sistema e no processo decisório. Importantes decisões como: quantos e quais módulos devem ser usados ou revisados, que habilidades de ensino devem ser selecionadas, como os encontros pedagógicos devem ser organizados, não parecem contar com a participação dos diretamente envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. É a nível central que se realiza o planejamento, controle e avaliação do sistema: os grupos regionais agem mais como implementadores de tais decisões. Esse parece ser mais um exemplo da ação da tecnoburocracia implantada no Brasil, nos últimos 20 anos, que inverte sistematicamente os termos do problema, acarretando a predominância e a quase exclusividade do federal sobre o local, dos meios sobre o fim, da instrução sobre a educação, do treinamento sobre a formação profissional e realiza eficazmente o político proclamando-o apenas técnico.

No estudo do Logos II realizado no Piauí e nas observações feitas em outros estados, em função desse estudo, percebe-se claramente e mais uma vez, que é bastante relativo, a longo prazo, o sucesso da formação de professores leigos, se não for acompanhada de outras medidas que regulamentem e valorizem a profissão. Por exemplo, Estatuto do Magistério, municipal e estadual, com critérios bastante definidos de acesso, promoção e níveis salariais condizentes com a função; que protejam a causa pública dos interesses político-partidários imediatos e até mesquinhos (não se trata de recusar aos políticos a indicação de candidatos, mas de garantir a todos que demonstrem competência o direito de concorrer); medidas que garantam um apoio efetivo à ação do professor, através de um sistema de supervisão de todo o sistema de ensino municipal e estadual e que viabilizem a ação desse professor na escola através da distribuição da merenda, do material didático mínimo e, principalmente, de medidas que garantam o aumento progressivo da jornada escolar e dos anos de permanência dos alunos na escola além da superação dos entraves clássicos da evasão e repetência, nunca resolvidos porque não enfrentados em suas causas. Não se justifica uma intervenção “ótima”, através de um projeto, por melhor que seja, para resolver um problema, por mais grave que seja, se não forem tomadas uma série de medidas visando o conjunto do sistema de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DSU/MEC. *Projeto Logos II*. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

MEC. *Sinópsse Estatística do Ensino de 1º Grau* - 1975, Brasília, MEC - Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

OLIVEIRA, J.B. e Orivel, F. *Projeto Logos II - Lições de uma Experiência*. Instituto de Tecnologia Educacional. Rio, ABT, 1978.

STAHL, M.M. *Avaliação dos Módulos do Projeto Logos II*. Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1981 (Estudos, 7).

EDUCACION SUPERIOR No. 14 Enero-Abril 1984

SUMARIO

ARTICULOS

- El Sistema de Educación Superior a Distancia en Colombia, Humberto Serna y Germán Anzola.
- La Universidad Estatal a Distancia de Costa Rica y su Desarrollo, Enrique Gongora Trejos.
- La Educación a Distancia en Venezuela, Jaime Cruz.

LEGISLACION SOBRE EDUCACION SUPERIOR

- Decreto 2412 por el cual se Reglamenta, Dirige e Inspecciona la Educación Abierta y a Distancia y se crea el Consejo de Educación Abierta y a Distancia en Colombia.
- Decreto 1820, por el cual se Reglamenta la Educación Abierta y a Distancia en Colombia.

BIBLIOGRAFIA

- Reseñas sobre Documentos de Educación Abierta y a Distancia

Para suscripciones dirigirse a Centro Regional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe CRESALC-UNESCO, Apartado Postal 62090, Caracas-Venezuela

América Latina US\$ 5.00, Otros Países US\$ 10.00, Venezuela Bs. 60,00

Para cancelar por favor emitir cheque o transferencia bancaria a nombre de UNESCO-CRESALC.